

ORÇAMENTO

Revolta no funcionalismo

Enquanto a debandada na Receita Federal afeta mais de 700 cargos, sindicatos se mobilizam para reagir a reajuste seletivo

» LUANA PATRIOLINO

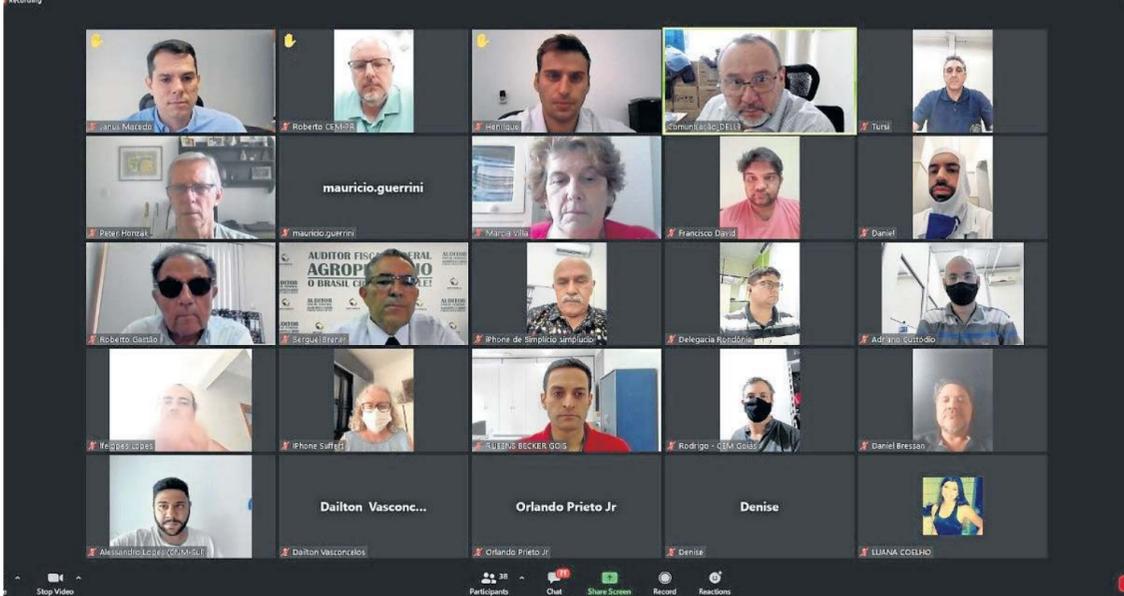
Traídos, esquecidos e revoltados. Esse é o sentimento dos servidores que não foram contemplados com o reajuste salarial no Orçamento de 2022, aprovado nesta semana pelo Congresso Nacional. Em todo o país, categorias se organizam para paralisar os trabalhos e até mesmo entregar os cargos, como resposta ao presidente Jair Bolsonaro, que decidiu conceder aumento apenas às forças de segurança pública.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical), Janus Pablo Fonseca de Macedo, destaca que os funcionários da área prometem reagir. “Fomos preteridos pelo governo federal, mesmo trabalhando durante a pandemia sem vacinação e nos expondo para garantir o abastecimento nacional. A categoria está ao chão”, disse ao **Correio**.

Ao assegurar o reajuste de R\$ 1,9 bilhão aos policiais federais no Orçamento de 2022, Bolsonaro agradeceu a uma parcela importante de seu eleitorado, particularmente os 45 mil servidores que integram a corporação. Em compensação, o gesto provocou a ira de diversas outras categorias de servidores.

Janus Macedo afirma que a classe vai se reunir na próxima segunda-feira para definir os rumos da paralisação. A entrega dos cargos também não é descartada. “Estamos fazendo levantamentos com todas as regionais para que a gente faça um movimento robusto de entrega de cargos. Fazer algo

Crédito:Reprodução/Zoom



Assembleia virtual de auditores da Receita Federal: elite dos servidores públicos ameaça promover onda de paralisações

que realmente explicite a nossa indignação perante a decisão do governo”, afirma.

A entidade ainda se manifestou em comunicado oficial. Por meio de nota, o Anffa destacou a importância do agro para a economia brasileira. “Não há dúvidas de que a segurança pública é obrigação do Estado, mas se o agro não agir, garantindo alimentos, emprego e renda para a população, não haverá força policial capaz de se sobrepor à fome, ao desemprego e aos desalentados”,

diz trecho do documento.

Debandada na Receita

Na Receita Federal, a situação é ainda mais grave. Os auditores do órgão iniciaram o movimento de entrega de cargos e continuam se mobilizando para pressionar o governo. Ontem, os servidores da Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação (Copei), área de inteligência que atua no combate à sonegação, lavagem de dinheiro e

crimes financeiros, também pediram exoneração.

Chega a quase 700 o número de auditores da Receita que entregaram cargos de chefia no órgão, segundo o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional).

Em uma carta pública, assinada por 17 auditores da Copei, os funcionários do órgão afirmam que “há momentos que requerem ações visando resultados imediatos, que se sobrepujam ao compromisso com potenciais

resultados imediatos”.

Além disso, 44 servidores entregaram os cargos de conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) — responsável por julgar disputas tributárias entre a União e os contribuintes. O órgão funciona como uma espécie de tribunal da Receita.

A situação pode inviabilizar julgamentos a partir de janeiro, quando começam a ser decididos os recursos mais relevantes em questões tributárias. “Entendemos que a situação atual se mostra



Fomos preteridos pelo governo federal, mesmo trabalhando durante a pandemia sem vacinação e nos expondo para garantir o abastecimento nacional. A categoria está ao chão”

Janus Pablo Fonseca de Macedo, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical)

incompatível com o exercício das nossas funções, pelo que solicitamos a dispensa do mandato que ora desempenhamos”, dizem os servidores em carta pública.

Servidores de órgãos como Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Fundação Nacional do Índio (Funai); Agência Brasileira de Inteligência (Abin); além de carreiras médicas e ligadas à Previdência, também cobram reajustes.

Inconformados, magistrados entregam carta a Fux

O Judiciário também cobra reajustes do governo federal. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) manifestou irritação por apenas uma categoria ser contemplada pelo Orçamento de 2022. A entidade entregou, ontem, uma carta ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, cobrando um posicionamento.

“Entendemos que, pelos princípios constitucionais, que regem não só o serviço público, mas

também todo o povo brasileiro, precisa de isonomia. Isso não é viável. Ou estende para todo mundo ou nada”, disse ao **Correio** Renata Gil, presidente da AMB. “A ideia é que seja ampliado para todos, ainda que esse percentual seja pequeno”, destacou.

Apesar do descontentamento, a entidade ainda não considera tomar medidas mais drásticas como a entrega dos cargos. “Vamos aguardar que o nosso chefe

de Poder entre em contato com o chefe do Executivo e que essa questão seja equacionada para todo mundo”, afirmou Gil.

A nota emitida pela AMB mostra, claramente, o desconforto da categoria. “A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) manifesta irrisignação com a destinação de orçamento para aumento remuneratório dos servidores de um único órgão às vésperas do ano eleitoral. Para

efetivar o acesso da população aos serviços públicos e fundamentais, no entanto, é preciso valorizar o trabalho de todas e de todos que se dedicam às carreiras públicas”, destaca o texto.

A nota enfatiza o empenho dos servidores do Judiciário durante a pandemia. “O Judiciário, durante todo o período da pandemia, marcado por sofrimento e incertezas, respeitou novos limites legislativos e atuou como

garantidor dos diretores fundamentais e da democracia. A atuação das magistradas e dos magistrados brasileiros resultou na destinação direta de milhões de reais para o combate ao coronavírus”, detalha o documento.

Por fim, a nota da AMB ressalta a importância da legalidade no processo de elaboração orçamentária. “Medidas estão sendo analisadas, mesmo nessa fase inicial da destinação de

orçamento, para garantir que os princípios constitucionais caros e consagrados não sejam vilipendiados. Diversas entidades de servidores públicos se apoiam na AMB para que seja respeitada a nossa Constituição. Esperamos uma efetiva atuação do chefe e dos órgãos de referência do Poder Judiciário, a quem cabe zelar pelo correto cumprimento das leis e do texto constitucional”, conclui a nota da AMB. (LP)

» Entrevista | RUDINEI MARQUES | PRESIDENTE DO FÓRUM NACIONAL DAS CARREIRAS DE ESTADO (FONACATE)

“Não dá para entender o governo”

» CRISTIANE NOBERTO

O Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate) é representante das mais altas carreiras do funcionalismo público. Ontem, a categoria começou a articular uma paralisação que promete ser a maior desde o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). De acordo com o presidente da organização, Rudinei Marques, há uma insatisfação geral com a falta de previsão no Orçamento de 2022. Para ele, Bolsonaro mexeu num “vespeiro” e que o chefe do Executivo “fez o que os dirigentes sindicais não estavam conseguindo: que foi mobilizar as categorias do funcionalismo”. Confira trechos da conversa com o **Correio**.

Como vê a questão de ter concedido uma fatia do Orçamento apenas para uma carreira federal?

Isso pegou muito mal para todo o funcionalismo: o legislativo federal, TCU, Judiciário, Receita, todos se manifestaram. Então, essa situação criou um desconforto muito grande. Ainda que os policiais também tenham salários defasados, precisamos olhar para o conjunto do funcionalismo. Isso nos permite verificar que mais de 80% [dos funcionários públicos] estão com os salários

congelados desde 2017, e agora em um contexto que a inflação está acima de dois dígitos. O último reajuste foi no início de 2019, ou seja, são três anos de defasagem. Trata-se de um milhão e cem mil servidores federais que estão com defasagem salarial entre 25% e 30%. É natural que os policiais queiram aumento, mas também é natural que os demais servidores entrem na disputa por uma fatia do Orçamento.

A medida de Bolsonaro visa reconquistar uma camada de base eleitoral. Mas o senhor acredita que vai prejudicar ainda mais a imagem do presidente com o funcionalismo?

Não dá para entender muito bem o que o governo quer fazer. Se ele usou essa medida com caráter eleitoral para beneficiar 40 mil servidores, ele causa indignação em mais de 1 milhão de servidores. A questão do reajuste só para policiais pode ser um jogo para o mercado. Mas isso pode ser também uma traição para os servidores da segurança pública. Depois de todas essas mobilizações, no final das contas, ele [Bolsonaro] pode dizer que não vai ter [reajuste] para ninguém ou conceder algum tipo de reajuste linear.

Crédito:Reprodução/YouTube



Marques: mobilização deve ser maior do que com Dilma

Ele criou uma mobilização salarial, então?

Sem dúvida. É fato que ele conseguiu pôr fogo numa campanha salarial que estava muito tímida, depois de termos vencido a PEC 32, minimizando os impactos da PEC 23, começamos uma campanha salarial, pois sabemos que existe um espaço entre 5% e 10% no orçamento. Agora, o governo tem um prazo para concessão até seis meses antes da eleição, queríamos colocar até março uma campanha salarial, mas Bolsonaro antecipou

essa campanha e botou fogo. Ele [Bolsonaro] fez o que os dirigentes sindicais não estavam conseguindo, que foi mobilizar as categorias do funcionalismo.

Acredita que a mobilização será muito maior que a de nove anos atrás?

Está bem maior que a do governo Dilma. O governo Bolsonaro está reeditando os erros do governo Dilma, numa visão muito limitada do orçamento público e com autoritarismo. Dilma não queria conversar,

dizia que os servidores tinham sangue azul. Bolsonaro conseguiu fazer pior, porque está protagonizando uma ingerência política nos órgãos de carreira e assédio moral e institucional. Basta olhar Polícia Federal, Ibama, Inpe, ICMBio. Há mais de mil casos de tentativas de interferência em órgãos públicos e de carreira. O Coaf foi o único desmembrado por conta dos casos de rachadinha e transferido para o BC. Bolsonaro ainda acabou com as mesas de negociação com os servidores. Isso é um retrocesso de mais de 20 anos na política.

Por quê?

A gente não via a falta de um reajuste remuneratório desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. Mesmo assim, naquela época ainda dialogava-se com o serviço público. Lula veio e abriu esse diálogo. O governo Bolsonaro consegue ser pior e tem uma visão muito restrita do que seja o funcionalismo público, não tem ideia da complexidade dos órgãos e não concede nenhum reajuste para o funcionalismo. O poder aquisitivo diminuiu muito, e o funcionalismo vai entrar no quarto ano sem nada. Isso tudo vem causando indignação. A situação [do orçamento] foi a gota d'água de uma revolta crescente desde o início do governo.

A debandada na Receita Federal pode se espalhar?

A Receita sempre teve esse movimento mais abrupto.

Amanhã [hoje] servidores do Tesouro Nacional se preparam para entregar cargos em comissão. É possível, sim, que se alaste para outros órgãos. É um movimento crescente pois a insatisfação é muito grande e não fica restrita a apenas um órgão. Não temos uma lista [de pedidos de exoneração], mas, pela experiência, deve se intensificar.

Se o presidente conceder o aumento, vocês desistem da paralisação?

A partir daí, devemos sentar para analisar quais são os parâmetros de recomposição. A gente sabe que a inflação abriu uma possibilidade no teto remuneratório com a Emenda Constitucional 95 e deve ter espaço de 5% a 10%. O governo primeiro tem que abrir a negociação e a gente tem que avaliar a proposta com as bases. Mas essa negociação tem que se encerrar nos próximos três meses [por conta do período eleitoral].

Qual a data para iniciar a greve?

Ainda não tem data definida. Esse movimento começa na base. Temos 37 entidades associativas sindicais, não começa de cima para baixo, mas de baixo para cima. Mas é possível que, na segunda quinzena de janeiro esteja um movimento maduro para paralisação. A insatisfação é geral e não corre risco de outras categorias não aderirem.